

RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA: UM PROJETO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Alexandre Mendes Cursino ^(*)

Sócio do Instituto Frank Sherman Land e MBA Executivo do Ibmec Business School

Daniela Abrantes Ferreira Serpa

Professora do MBA Executivo do Ibmec Business School e das Faculdades Ibmec

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. REFERENCIAL TEÓRICO
 - 2.1. Responsabilidade Social Corporativa
 - 2.2. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil
3. METODOLOGIA
4. O CASO DA RECUPERAÇÃO DA MATA DO CONVENTO DA PENHA
 - 4.1. Histórico da Gestão Ambiental na Companhia Vale do Rio Doce
 - 4.2. A Reserva Natural da CVRD
 - 4.3. O Projeto de Recuperação da Mata do Convento da Penha
 - 4.4. Resultados
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

Este trabalho relata a experiência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como agente de um projeto de restauração ambiental de um fragmento da Mata Atlântica. A CVRD adquiriu, no início da década de 50, diversas glebas com remanescentes primários da Mata Atlântica, como parte de sua política ambiental de respeito ao meio ambiente. Essas glebas deram origem à Reserva Natural da CVRD. Com o conhecimento técnico e científico adquiridos no decorrer dos anos, a Reserva tornou-se pólo difusor para programas de recuperação de áreas degradadas, preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável da propriedade agrícola. O caso apresenta a caracterização do trabalho da CVRD e a descrição dos principais resultados alcançados, promovendo ainda uma reflexão sobre o papel da empresa no campo da gestão ambiental e responsabilidade social corporativa.

PALAVRAS-CHAVE:

Responsabilidade Social Corporativa; Gestão Ambiental; Preservação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

^(*) O autor agradece a orientação da professora Daniela Abrantes Ferreira Serpa do MBA Executivo do Ibmec Business School, como também o apoio do Engº Florestal Renato Moraes de Jesus, profissional da CVRD, responsável pela Reserva Natural da CVRD e pela elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.

1. INTRODUÇÃO

A vontade de construir um mundo melhor através da preservação do meio ambiente, aliada à necessidade de renovar as florestas brasileiras, tem motivado grandes corporações a despendar relevantes investimentos nesta área. Estas empresas vêm, desta forma, fomentando uma postura de responsabilidade social corporativa. Uma empresa socialmente responsável é aquela que tem a visão de que suas ações geram uma variedade de impactos, sejam eles diretos ou indiretos, em seu ambiente interno e externo.

Baseando-se nesta concepção, este trabalho relata a experiência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como agente de um projeto de restauração ambiental de um fragmento da Mata Atlântica. A CVRD adquiriu, no início da década de 50, diversas glebas com remanescentes primários da Mata Atlântica, como parte de sua política ambiental de respeito ao meio ambiente. Essas glebas deram origem à Reserva Natural da CVRD. Com o conhecimento técnico e científico adquiridos no decorrer dos anos, a Reserva tornou-se pólo difusor para programas de recuperação de áreas degradadas, preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável da propriedade agrícola.

A relevância de adotar este tema como estudo de caso baseia-se no fato de que a Mata Atlântica brasileira atingiu, nessas duas últimas décadas, níveis de exploração e desmatamento assustadores. Esse trabalho apresenta uma das alternativas que pode ser adotada na restauração dos fragmentos desse bioma e que foi implantada na Mata do Convento da Penha, Vila Velha, ES. O caso apresenta a caracterização do trabalho da CVRD e a descrição dos principais resultados alcançados, promovendo ainda uma reflexão sobre o papel da empresa no campo da gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. Espera-se que ele sirva como referência para empresas e pesquisadores interessados em projetos de gestão ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Responsabilidade Social Corporativa

O caso aqui relatado refere-se a uma postura de responsabilidade social corporativa da Companhia Vale do Rio Doce. Torna-se, portanto, fundamental o entendimento deste conceito que, nos últimos 40 anos, vem sendo alvo de inúmeros debates nos meios acadêmico e empresarial. Muitos autores deram sua contribuição à conceituação desta expressão.

Inicialmente, as definições defendidas pelos autores caracterizavam-se por uma certa imprecisão. Bower (1957) definiu responsabilidade social como as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores de uma sociedade. Persiste, contudo, a dificuldade em se definir quais seriam os fins e valores adequados a cada sociedade e, por conseguinte, quais as linhas de ação a serem empreendidas. Desta forma, torna-se difícil concluir que a atitude ou decisão de uma empresa vai ao encontro do que seria valioso para a sociedade, isto é, se ela atua de forma socialmente responsável. Além disto, os empresários podem até ter uma idéia clara de quais linhas de ação deveriam ser tomadas pelas corporações, compatíveis com os fins e valores da sociedade, mas comumente questionam se são válidas.

Oliveira (1984) amplia o debate sobre o tema, oferecendo outras definições. Este autor entende que, para uns, responsabilidade social corporativa pode ser tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, pode ser entendida como um comportamento empresarial pautado por uma orientação ética; e, para outros ainda, limita-se a contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitem que a responsabilidade social é, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Esta última definição está em consonância com a visão econômica clássica, amplamente difundida por Friedman (*apud* Ashsely et al., 2003), segundo a qual a

empresa socialmente responsável é aquela que responde às expectativas de seus acionistas. Este autor mostra-se contrário a qualquer ação empresarial que não seja voltada aos interesses econômicos da própria empresa, pois, caso contrário, esta estaria lesando seus acionistas e violando seu objetivo de gerar lucro, ao disponibilizar recursos da empresa para outros fins.

Contrário a esta idéia, Davis (*apud* Guimarães, 1984) argumenta que a responsabilidade da empresa deriva justamente de seu grande poder social. Este autor aponta para a importância do papel das empresas na sociedade, considerando-as como a maior potência do mundo contemporâneo. Desta forma, como as decisões empresariais têm consequências sociais importantes, estas não podem ser tomadas unicamente motivadas por fatores econômicos, tendo a empresa, obrigatoriamente, que se guiar por fatores econômicos e sociais, assumindo a sua responsabilidade correspondente. Este autor admite que estas decisões e a implementação das ações delas derivadas poderão gerar custos, os quais poderão ser assumidos pelos próprios consumidores. Sendo assim, os gastos com a implementação de práticas de responsabilidade social corporativa poderão ser adicionados ao preço final do serviço prestado ou do produto vendido por estas corporações. Alguns estudos têm sido feitos para avaliar se os consumidores estariam dispostos a efetivamente pagar mais por estes produtos e serviços (ver, por exemplo, Carrigan, 2001).

Mais recentemente, alguns autores ampliaram o conceito de responsabilidade social nos negócios, fazendo inclusive uma distinção entre duas óticas: a da obrigação social e a da responsabilidade social. Obrigação social corresponde àquilo que a empresa faz em benefício da sociedade que está previsto em lei, desde o pagamento de impostos até a utilização de filtros nas chaminés de fábricas, por exemplo. Pode-se considerar que Friedman, autor supracitado, entende a responsabilidade social corporativa através da ótica da obrigação social. Já a ótica da responsabilidade social propriamente dita pressupõe que a empresa considera metas econômicas e sociais nas suas decisões, indo além dos limites da legislação.

O Instituto Ethos de Responsabilidade Empresarial, uma organização não-governamental criada para ajudar as empresas a compreender e incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão, considera como empresa socialmente responsável aquela que vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores. A responsabilidade social corporativa deve ser baseada em princípios éticos elevados, nos seus vários relacionamentos com o meio interno e o externo, impactados pela atividade produtiva. A empresa deve considerar em suas decisões, portanto, seus funcionários, o meio ambiente, seus fornecedores, seus consumidores, seus acionistas, a comunidade, o governo e a sociedade em geral.

Dentro desta perspectiva, alguns autores buscaram definir o conceito de responsabilidade social contemplando as ações necessárias e o público-alvo para cada uma destas ações. Para Srour (1998), por exemplo, uma empresa socialmente responsável mantém parceria efetiva com clientes e fornecedores, gerando produtos de qualidade e assegurando durabilidade, confiabilidade e preços competitivos. Deve, portanto, empreender contribuições para o desenvolvimento da comunidade, via projetos que aumentem o seu bem-estar, além de investimentos em pesquisa tecnológica para inovar processos e produtos, e para melhor satisfazer seus clientes. Este tipo de empresa preocupa-se ainda com a conservação do meio ambiente, através de intervenções não-predatórias, munida da consciência da vulnerabilidade do planeta, e através de medidas que evitem consequências externas negativas das suas atividades. Para tal, investe no desenvolvimento profissional dos trabalhadores e requer participação deles nas decisões técnicas, principalmente no que se refere à segurança do trabalho, a melhores condições de trabalho e a benefícios sociais. Este autor identifica três públicos que devem ser atendidos pela empresa, além de seus clientes: a comunidade, o meio ambiente e o trabalhador, seja ele empregado da própria empresa, terceirizado ou temporário.

Já para Oliveira (1984), os grupos beneficiários da responsabilidade social corporativa são cinco: os empregados; os consumidores; os credores e fornecedores; a comunidade; os acionistas, sócios ou proprietários – ficando de fora o grupo meio ambiente. Este autor

conclui que há uma divergência entre o interesse dos acionistas, sócios ou proprietários, que visam à maximização do lucro, e o interesse dos demais grupos. Esta divergência pode impedir que todos os interesses sejam atendidos, já que quando a empresa investe seus recursos em projetos sociais pode diminuir os lucros imediatos de seus acionistas, sócios ou proprietários.

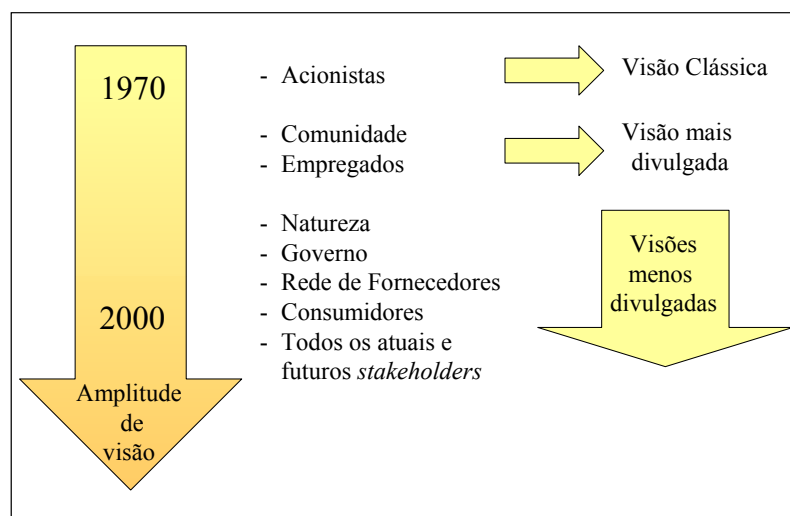
Contrapondo-se a esta idéia, o Instituto Ethos considera que os sócios ou proprietários também se beneficiam, mesmo que indiretamente, da postura de responsabilidade social corporativa. Ao terem o desempenho global de suas empresas fortalecido, as empresas socialmente responsáveis estão mais bem preparadas para assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos negócios, por estarem sincronizadas com as novas dinâmicas que afetam a sociedade e o mundo empresarial.

Complementando esta idéia, Melo Neto e Froes (2001) acreditam que as ações socialmente responsáveis da empresa aumentam a produtividade no trabalho, criam maior motivação, auto-estima e orgulho entre os funcionários. Bem gerenciadas, aprimoram o ambiente de trabalho e determinam a melhoria significativa da qualidade de vida no trabalho. Externamente, geram retorno para a empresa – social, institucional, tributário-fiscal, de mídia e econômico. O resultado é o fortalecimento dos relacionamentos com seus diversos públicos e a promoção do desenvolvimento sustentável do local e região.

Em concordância com esta argumentação, Ashley (2000) afirma que a responsabilidade social corporativa é um conceito difundido ao redor do mundo, nas últimas décadas, e vem sendo posto em prática, principalmente, pelas multinacionais. Criado originalmente para dar uma resposta às demandas sociais, tem sido usado mais recentemente como estratégia de negócios. Esta autora considera que a imagem de uma empresa confiável é um valor indispensável nas relações comerciais, hoje globalizadas. Uma falha na imagem, proveniente de uma conduta questionável, pode afetar a opinião dos investidores internacionais. Desta forma, os caminhos para fornecer rendimentos aos acionistas ficaram mais complexos, pois os consumidores e o público em geral têm hoje mais acesso a detalhes dos negócios, sendo a transparência a principal inspiradora da confiança nas empresas.

O quadro abaixo mostra uma evolução do conceito de responsabilidade social corporativa no mundo:

Fig. 1:
Tendências Históricas de Ética e Responsabilidade Social Corporativa



Fonte: Adaptado de Ashley, 2003 (p. 20)

A visão deste trabalho é de que a responsabilidade social engloba toda e qualquer ação da empresa que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. O caso estudado terá como pano de fundo a definição de Ashely et al. (2003), segundo a qual:

“Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela”. (p. 6 e 7)

2.2. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil

O comprometimento das empresas brasileiras com o conceito de responsabilidade social corporativa é relativamente recente, sendo este um tema ainda em desenvolvimento no Brasil (Ashley et al., 2003). No entanto, uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em 1998, concluiu que 67% das empresas da região Sudeste já promoveram atividades sociais voltadas para a comunidade. Uma outra pesquisa, realizada em 2000 pelo Instituto Ethos, analisou as percepções e tendências do consumidor brasileiro em relação aos aspectos relevantes envolvidos na atuação social de empresas e a influência dessa visão nas relações de consumo. Segundo a referida pesquisa, que contou com uma amostra de 1002 consumidores, em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Fortaleza e Salvador), o consumidor brasileiro vem valorizando cada vez mais a atuação socialmente responsável das empresas.

Em paralelo a essa postura do consumidor moderno, que exige um comportamento ético das organizações, surgem no Brasil iniciativas governamentais e empresarias de valorização da responsabilidade social corporativa. Fóruns de discussão, premiações, publicações, encontros de profissionais e acadêmicos vêm fomentando uma ampla discussão sobre o tema no cenário brasileiro.

No tocante à gestão ambiental no Brasil, tema central de interesse neste trabalho, Tachizawa (2002) considera que esta representa um importante instrumento gerencial para capacitação e criação de condições de competitividade para as empresas, qualquer que seja seu segmento econômico. Desta maneira, empresas brasileiras, tais como siderúrgicas, montadoras automobilísticas, companhias de celulose e papel, química e petroquímica, investem cada vez mais em gestão ambiental e marketing ecológico. Saraiva e Correia (2002) acreditam que a preocupação ambiental decorre de uma realidade econômica em crescimento acelerado, resultado de uma competitividade e inovação sem precedentes, em que a necessidade de detecção e otimização dos fatores críticos de sucesso é a chave para um desenvolvimento sustentável.

O Brasil é hoje, sem dúvida, um país que ainda precisa do fortalecimento desta cultura de preservação do meio ambiente, fomentando uma atitude das empresas que deixa de ser passiva para se tornar ativa na defesa de nossas riquezas naturais.

3. METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é apresentar o caso de implementação de um projeto de proteção ambiental que deu origem à Reserva Natural da Companhia Vale do Rio Doce, representando hoje um dos principais fragmentos da Mata Atlântica no estado do Espírito Santo. O caso descreve o trabalho feito pela empresa e os principais resultados e benefícios alcançados, traçando algumas considerações pertinentes.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema responsabilidade social corporativa, incluindo a parte de gestão ambiental, chegando-se a uma revisão de literatura que trouxe embasamento para a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo constituiu-se num estudo de caso, que buscou retratar de forma fidedigna a situação estudada. Foram feitas três entrevistas com o Engº Florestal Renato Moraes de Jesus, Diretor responsável pela Reserva Natural da CVRD. As entrevistas foram realizadas com apoio de um roteiro semi-estruturado, visando colher toda a riqueza de informações sobre a experiência da CVRD. Como forma de complementar estas informações, foram examinados documentos e trabalhos da empresa sobre a preservação das espécies de vida natural da Mata Atlântica, além de pesquisas referentes aos recursos naturais e alguns projetos de recuperação de áreas degradadas. Foi também realizada uma visita à Mata do Convento da Penha, para que se pudesse ver *in loco* os resultados alcançados, bem como a presença da imagem da CVRD através de placas e outros materiais de comunicação.

O método do estudo de caso foi escolhido por se tratar de uma pesquisa descritiva, de cunho exploratório, constituindo-se numa investigação de eventos reais. Segundo a classificação de Vergara (2000), trata-se de uma pesquisa descritiva por ter o objetivo de evidenciar quais os resultados e benefícios que as ações de gestão ambiental corporativa trouxeram para a sociedade e para a empresa, ao contribuir na recuperação de um fragmento da Mata Atlântica brasileira. O método pretende oferecer uma base para reflexão em cima de uma situação real, não tendo a pretensão de gerar generalizações sobre o tema.

A pesquisa de campo originou uma descrição detalhada do caso CVRD, organizada em quatro blocos: Histórico da Gestão Ambiental na CVRD; A Reserva Natural da CVRD; O Projeto de Restauração; Resultados Alcançados e Considerações Finais.

4. O CASO DA RECUPERAÇÃO DA MATA DO CONVENTO DA PENHA

4.1. Histórico da Gestão Ambiental na Companhia Vale do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de mineração do mundo, está comprometida com o conceito de desenvolvimento sustentável, pois entende que ele permeia sua estratégia de negócios. Sua Política Ambiental define que o respeito ao meio ambiente é um fator fundamental para a competitividade da empresa, devendo ser apropriadamente considerado no desenvolvimento dos seus negócios e projetos e nos seus produtos e serviços.

Para dar cumprimento a esta política, em 1975 foi criado na CVRD o Departamento de Gestão Ambiental e Territorial, que se constituía numa estrutura disciplinadora das ações gerenciais e técnicas da empresa, com execução descentralizada, através da delegação de responsabilidades funcionais. A missão deste departamento é salvaguardar o valor presente e futuro da CVRD, implementando e promovendo o cumprimento da Política Ambiental, através do Sistema de Gestão Ambiental e dos padrões necessários ao atendimento uniforme à legislação e às normas técnicas aplicáveis. É tarefa do departamento atuar na verificação rotineira dos níveis de conformidade, propiciando o aprimoramento contínuo da qualidade ambiental dos processos produtivos, e nos produtos e serviços da CVRD.

A criação do departamento de Gestão Ambiental e Territorial rendeu frutos. Em 1978, a CVRD deu início à implantação do seu primeiro Plano Diretor de Meio Ambiente, cujos investimentos destinaram-se principalmente ao controle e ao tratamento dos poluentes da água e do ar. A década de 80 foi pautada por estas ações, buscando posicionar a empresa como socialmente responsável, sobretudo no que se refere à preocupação com o meio ambiente.

Na década de 90, a companhia alçou vãos mais altos. Em 1994, a CVRD realizou um amplo diagnóstico ambiental da empresa, resultado do seu Programa de Auditorias Ambientais, pioneiro no Brasil, que permitiu o planejamento dos investimentos necessários ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Foi então criado o Programa Ambiental CVRD 1994-2000, que abrangeu cerca de US\$120 milhões em investimentos. Este programa recebeu aprovação do Banco Mundial, o que ensejou a celebração, em novembro de 1995, de um contrato especificamente voltado ao seu financiamento. O programa contemplava também

ações junto às comunidades indígenas sob influência direta da mineração e da Estrada de Ferro Carajás, em especial nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura e promoção do desenvolvimento.

O Programa abrange mais de 70 projetos e vem sendo continuamente aprimorado para incorporar novas demandas decorrentes da atualização da legislação e de requisitos dos Órgãos Ambientais, de novas instalações e/ou processos, do desenvolvimento tecnológico e da implantação de práticas de gestão ambiental, bem como das constatações dos programas rotineiros internos de auditoria.

Dos investimentos totais do programa, US\$120 milhões são financiados pelo Banco Mundial. Cerca de US\$95 milhões são para aplicação em projetos ambientais nas áreas operacionais da empresa, visando assegurar o atendimento à legislação pertinente e minimização dos impactos ambientais de suas atividades. Os US\$25 milhões restantes vêm sendo aplicados em atividades voluntárias para desenvolvimento ambiental de comunidades e para proteção e preservação de Unidades de Conservação Florestal na área de influência da CVRD.

Entretanto, entende-se que a melhoria do desempenho ambiental também depende diretamente da qualidade gerencial e não apenas de vultosos investimentos operacionais. A CVRD dirigiu então seus esforços para a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental - SGQA, um sistema de gestão abrangente e bem estruturado, conforme as especificações da norma ISO 14001. Em 1997, a Gerência de Tecnologia da CVRD tornou-se a primeira no gênero, no mundo, a obter a certificação independente. As minas de ferro e manganês de Carajás foram certificadas em setembro de 1998, tendo sido também pioneiras em suas áreas de atividades.

Os projetos ambientais em desenvolvimento na CVRD, dentro do Programa Ambiental 1994-2000, têm como objetivo o atendimento à legislação ambiental aplicável a cada atividade da empresa, nos níveis federal, estadual e municipal, e à redução dos impactos ao meio ambiente e às comunidades nas áreas de influência direta destas atividades. São investimentos realizados para a melhoria da qualidade do ar, da qualidade da água, para aperfeiçoamento da Gestão de Resíduos, Revegetação e Recuperação de Áreas Degradadas.

Atualmente a CVRD é a maior parceira privada do Ibama e sua atuação não se restringe apenas à proteção e preservação destas florestas. A companhia vem desenvolvendo, em conjunto com esta instituição e com administrações estaduais e municipais, Planos Diretores de Uso para as áreas protegidas. Estes planos visam à ordenação, de forma ecológica e economicamente sustentável, das atividades de pesquisa científica, exploração de recursos naturais, proteção da biodiversidade, do patrimônio histórico e arqueológico, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas à educação ambiental, recreação, lazer e turismo, entre outras. As ações voluntárias para proteção e preservação das Unidades de Conservação de propriedade de terceiros representam um dispêndio de cerca de US\$1,2 milhão anual.

O histórico da gestão ambiental da CVRD mostra que, há muitos anos, a companhia vem desenvolvendo ações para o contínuo aprimoramento do desempenho ambiental das suas atividades, realizando estudos de impacto ambiental e aplicando procedimentos de controle antes mesmo que viessem a constituir imposição legal. Em todas as áreas operacionais, a empresa atua de forma tanto preventiva quanto corretiva, realizando vultosos investimentos para o controle e o monitoramento dos aspectos e impactos ambientais associados às suas atividades, os quais possam comprometer a qualidade do ar, das águas e do solo.

4.2. A Reserva Natural da CVRD

Dentro deste contexto, merece destaque a Reserva Natural da CVRD, da qual faz parte o Projeto de Recuperação da Mata do Convento da Penha. Segundo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a Mata Atlântica, considerada um dos mais importantes e

ameaçados ambientes naturais do mundo, está hoje reduzida a menos de 8% de sua extensão original. A CVRD vem contribuindo para a preservação de uma área de cerca de 1,2 milhão de hectares de Florestas Tropicais, como mostra a tabela a seguir.

Áreas de Conservação de Florestas Tropicais

| Áreas de Conservação | Estado | Área em ha |
|--|----------------|------------|
| Convênios CVRD / Ibama | | |
| Floresta Nacional de Carajás | Pará | 411.950 |
| Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri | Pará | 190.000 |
| Reserva Biológica do Tapirapé | Pará | 103.000 |
| Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado | Pará | 21.600 |
| Reserva Biológica de Sooretama | Espírito Santo | 24.000 |
| Convênio CVRD / Funai | | |
| Terra Indígena Xikrin do Cateté | Pará | 439.150 |
| Propriedade da CVRD | | |
| Reserva Natural de Linhares | Espírito Santo | 22.000 |

Fonte: Site da Cia. Vale do Rio Doce, 2002 (www.cvrld.com.br).

A Reserva Natural de Linhares é de propriedade da CVRD. Nessa Reserva a vida se multiplica através da disseminação de germoplasma, com proteção ao meio ambiente e através da pesquisa dos recursos naturais. Trata-se de um centro de referência nacional na produção de mudas de espécies da Mata Atlântica, que recuperam áreas degradadas e restauram ecossistemas florestais nas mais diversas regiões do país.

Localizada predominantemente no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, a Reserva, com cerca de 22 mil hectares, está inserida num dos mais importantes ecossistemas do mundo no que se refere à biodiversidade. Atualmente, a Reserva tornou-se um referencial obrigatório para os que estudam e lidam com o ecossistema tropical, servindo como base de treinamento para agricultores e profissionais dessa área. Estima-se que a CVRD tenha investido cerca de US\$ 14 milhões na Reserva desde a aquisição das primeiras propriedades até os dias de hoje.

Em 1998, a CVRD, em conjunto com o Banco Mundial, concluiu o Plano Diretor de Uso da Reserva, o qual estabeleceu as diretrizes para proteção ambiental e auto-sustentação econômica. Atualmente, a Reserva possui uma ampla instalação com: Centro de Visitantes com uma exposição permanente sobre a Mata Atlântica, mostrando sua situação atual e os trabalhos de recuperação que são ou podem ser desenvolvidos pela Reserva; Centro de Treinamento e Auditório para 80 pessoas, totalmente equipado, viabilizando cursos e conferências para empresas e instituições; além de dispor de infra-estrutura para hospedagem, em ambiente confortável, com restaurante, churrasqueira, piscina, sauna, campo de futebol, piscina natural e quadra poliesportiva.

A consequência dos projetos e trabalhos desenvolvidos, principalmente no que se refere à recuperação de áreas degradadas, permite a geração de recursos significativos para a auto-sustentação da Reserva, como o exemplo do Projeto de Reflorestamento da Mata do Convento da Penha descrito a seguir.

4.3. O Projeto de Recuperação da Mata do Convento da Penha

O fragmento em restauração está localizado na cidade de Vila Velha, município da Grande Vitória, no Espírito Santo. Abrange uma área de 50 ha e reveste as encostas existentes no entorno do Convento da Penha. Esse patrimônio histórico religioso, uma construção estabelecida em 1570 e feita no topo das encostas, é uma das principais atrações turísticas desse estado onde, aproximadamente, um milhão de pessoas o visitam anualmente.

A degradação do fragmento se iniciou com a construção do próprio Convento. A abertura da estrada, para se chegar ao topo da montanha, foi fator determinante. Com a sua implantação, um aumento de luminosidade e, provavelmente, a retirada de árvores das suas margens, fragilizaram o ecossistema, permitindo um acréscimo considerável na população de lianas. Mais recentemente, com a desordenada ocupação urbana ao redor do Convento e a conseqüente eliminação das formações florestais, os efeitos da fragmentação foram incrementados.

Por volta de 1960 se tem notícia dos primeiros registros de deslizamentos. Tal fato induziu os padres responsáveis pelo Convento naquela época a plantarem uma determinada espécie de bambu, como forma de corrigir esses impactos. Progressivamente, este plantio de bambu promoveu a colonização de um sub-bosque (vegetação intrusa), diminuindo consideravelmente a área de regeneração natural. Assim, com esses efeitos já se tornava aparente o alto nível de decrepitude do fragmento. Outras espécies, como *Casuarina* spp., também foram introduzidas em vários pontos da mata, o que acabou por promover a regeneração indesejável de espécies não ocorrentes naturalmente nesse ecossistema.

A implantação do processo de restauração estabelecido na Mata do Convento se deu inicialmente através de um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Companhia Vale do Rio Doce, e foi executado por uma equipe da Reserva Natural da Vale do Rio Doce (ES). As atividades se iniciaram em janeiro de 1990 e até hoje são aplicados os tratamentos silviculturais de manutenção e custeio.

Alguns mecanismos de controle foram estabelecidos. Antes da aplicação dos tratamentos silviculturais, em janeiro de 1990, foram definidas parcelas permanentes (áreas demarcadas), de modo a permitir o diagnóstico da situação do fragmento à época e monitorar a sua performance após a aplicação dos tratamentos. Em 2001, onze anos após a aplicação desses tratamentos, fez-se uma nova avaliação nessas mesmas parcelas. Mais adiante serão discutidos os resultados alcançados.

A marcação das parcelas foi feita por um engenheiro florestal, com o auxílio de dois técnicos, equipe essa que procedeu também o levantamento dos dados nas parcelas. A identificação taxonômica foi realizada no campo utilizando denominação vulgar, através de um dos técnicos que tinha larga experiência na vegetação Atlântica do Espírito Santo. Em seguida, com auxílio do Herbário da Reserva Natural da Vale do Rio Doce, estabeleceu-se a correspondência com a denominação científica. A classificação seguiu o sistema de Cronquist (1988), considerando-se ainda as subfamílias de Leguminosae. As espécies também foram enquadradas em guildas de regeneração: espécies pioneiras (PI), secundárias iniciais (SI), secundárias tardias (ST) e climácicas (CL).

A base desse enquadramento foi a observação do comportamento das espécies em plantios sob diferentes condições de sombreamento natural (crescimento), em viveiro (germinação e crescimento), laboratórios (qualidade de luz) e características próprias (síndromes de dispersão, tamanho do fruto, densidade da madeira, etc.). Essa classificação foi

utilizada para facilitar a interpretação dos resultados, apesar de ser reconhecidamente uma abstração de um contínuo existente entre as espécies arbóreas da floresta tropical.

4.4. Resultados

Posteriormente ao início do projeto, ficou flagrante o ingresso de novas espécies, configurando um sinal evidente dos benefícios advindos da aplicação dos tratamentos. Como pode ser observado na tabela a seguir, houve êxito no plantio e, conseqüentemente, na recuperação do fragmento em todas as classes de tamanho e para todos os parâmetros analisados.

Composição Florística e Diversidade Antes e Após a Interferência

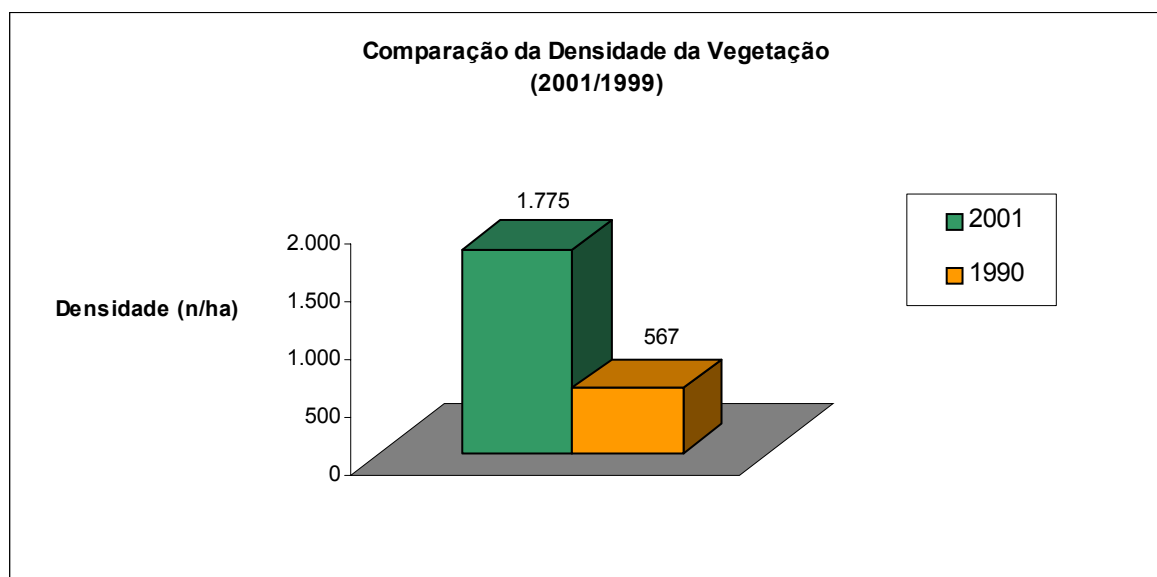
| Ano | Situação | Núm. de Espécies | Núm. de Famílias | Índice de Diversidade |
|------|------------------------|------------------|------------------|-----------------------|
| 1990 | Antes da Interferência | 41 | 25 | 3,28 |
| 2001 | Sem o Enriquecimento | 61 | 31 | 3,67 |
| 2001 | Com o Enriquecimento | 72 | 32 | 3,74 |

Fonte: Adaptado de Jesus, 2002 (p. 8)

Os tratamentos e técnicas de reflorestamento estimularam o recrutamento de novas espécies. Os acréscimos podem ser particularmente notados, nas classes de tamanho menor que 10 cm, onde a dinâmica da vegetação foi mais intensa no período.

Decorridos onze anos de início do projeto, verificou-se que a considerável evolução na renovação e regeneração natural do fragmento foi um estímulo à diversidade, ao crescimento das espécies plantadas, à recolonização de cipós e ao aumento da distribuição diamétrica das árvores, como mostra o gráfico a seguir.

Densidade da Vegetação da Mata do Convento da Penha, antes da interferência (1990) e 11 anos (2001) após a execução do Projeto de Restauração



Fonte: Adaptado de Jesus, 2002 (p. 16)

A Reserva da CVRD é detentora de um considerável Banco de Sementes envolvendo espécies de Mata Atlântica, mostrando que é possível plantar árvores de madeira de lei para utilização, desde que seja feito um planejamento de auto sustentabilidade. Este é um movimento mundial, que valoriza a exploração consciente aliada a projetos sociais ou empreendimentos coletivos, o que leva o consumidor a escolher produtos alinhados com esta concepção.

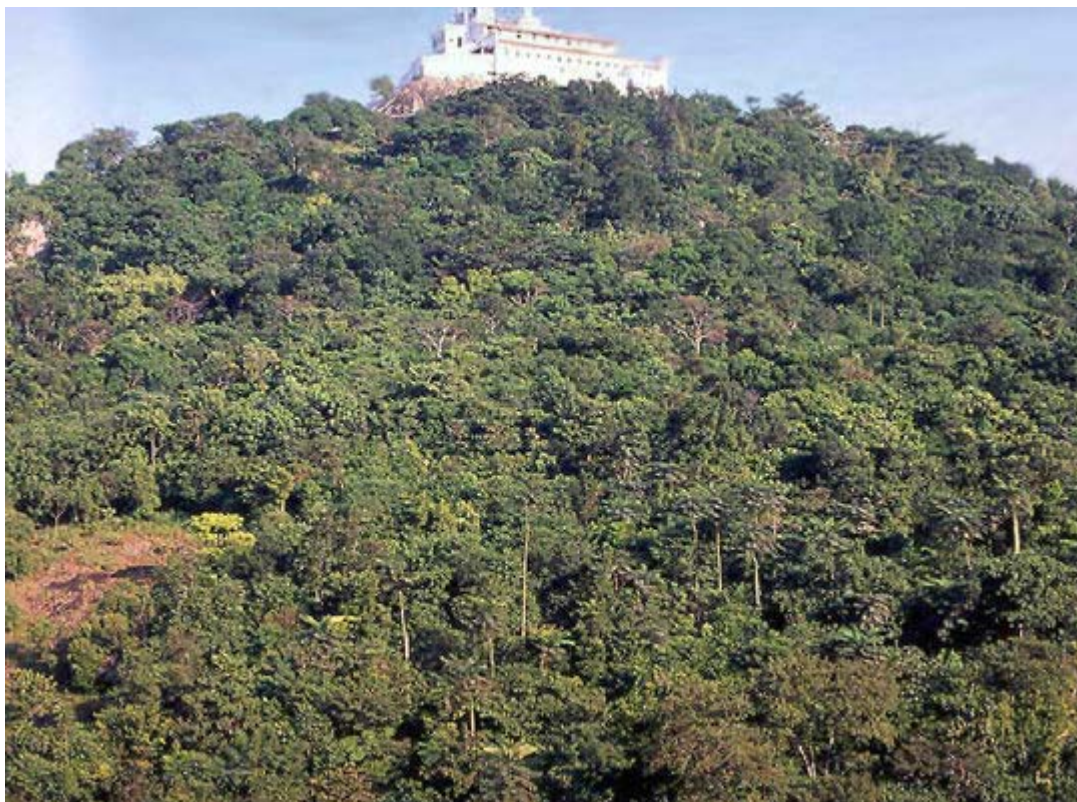
O turista, consumidor potencial, exige cada vez mais que o estado se mobilize para a preservação e recuperação do meio ambiente. No caso aqui analisado, a CVRD, através de uma parceria com o governo, teve resultados positivos na implementação do projeto de restauração da Mata do Convento da Penha. O projeto agregou valor a esse importante ponto turístico da cidade de Vila Velha, o que vem ajudando a impulsionar a indústria de turismo no estado. Além disso, com iniciativas de investimento dessa natureza, a CVRD pode contribuir no futuro com material genético que possibilite cura para doenças, como a AIDS e outras.

Um outro resultado que merece menção é a melhora sensível da qualidade do ar e de vida nas proximidades da Mata do Convento. Parte da fauna original que havia desaparecido começa a voltar, além da conquista da conservação do solo e do ecossistema como um todo. Através de fotos aéreas do início e final do projeto é possível constatar a efetividade na recuperação da Mata do Convento, como mostram os exemplos a seguir:

Mata do Convento da Penha antes da Recuperação



Mata do Convento da Penha após a Recuperação



Uma das características da Reserva é que, progressivamente, ela vai conseguindo a sua auto sustentabilidade, através de diversos programas. Trata-se de um exemplo de como é possível empreender ações socialmente responsáveis, com resultados consideráveis, sem dispender relevantes investimentos para tanto. Além disso, o impacto na imagem da CVRD também foi muito positivo. A empresa é hoje reconhecida na região de Vila Velha como aquela que recuperou a Mata do Convento da Penha. Com todas essas ações, a CVRD, através da sua Reserva Natural, vem conseguindo manter um programa de auto sustentabilidade, envolvendo:

- Maior disseminação da marca CVRD como mantenedora da Reserva Natural e como detentora de tecnologia para a preservação e conservação e recuperação da Mata Atlântica;
- O ecoturismo de baixo impacto, com desenvolvimento de produtos destinados ao atendimento das expectativas dos vários tipos de público, compatíveis com a capacidade de suporte da Reserva;
- A realização de programas de informações e educação ambiental;
- Treinamento e capacitação de mão-de-obra especializada para preservação e conservação da Mata Atlântica, recuperação de áreas degradadas e uso sustentável da biodiversidade;
- Desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a Mata Atlântica, com reconhecimento internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as diversas definições de responsabilidade social corporativa apontadas no Referencial Teórico deste trabalho, pode-se considerar que a postura da CVRD apresenta-se consistente com as definições de empresa socialmente responsável, no que concerne à preocupação com o meio ambiente. A CVRD criou uma imagem de empresa confiável, preocupada com os impactos de suas ações nas questões ambientais, fundamentalmente porque ela depende da exploração consciente do mesmo. Este fato torna-se ainda mais representativo por se tratar de uma empresa de atuação global, onde qualquer desvio na imagem, proveniente de alguma conduta questionável, pode afetar a opinião dos investidores internos e externos.

Projetos de restauração, como o da Mata do Convento, decorreram da visão da CVRD, desde a década de 70, de que as questões ambientais têm grande impacto sobre o mercado, levando os acionistas, investidores e consumidores a dar preferência a empresas que preservem o meio ambiente.

Seguindo o conceito do Instituto Ethos, explicitado anteriormente, as ações da CVRD mostram que a empresa deve agir para a manutenção e melhoria das condições ambientais com os projetos de reflorestamento da Reserva, o que minimiza ações próprias potencialmente agressivas ao meio ambiente e dissemina para outras corporações as práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido. O desempenho ambiental e social de uma empresa como a CVRD, com ações na bolsa de valores, passa cada vez mais a ser alvo de avaliações dos grandes investidores, que movimentam bilhões de dólares por ano e acreditam na idéia de que as empresas não devem apenas atuar dentro da lei, mas também contribuir na melhoria da qualidade de vida.

Considerando o poder que as empresas exercem na sociedade atual, quando estas agem em parceria com outras organizações muita coisa pode ser mudada. Há alguns anos atrás, por exemplo, as empresas fabricantes de automóveis não se preocupavam com a poluição. Hoje, com a necessidade premente de se preservar a camada de ozônio, todos os carros produzidos já possuem catalisador. Sem dúvida, o poder que as empresas exercem perante o meio ambiente e a sociedade é extremamente significativo.

O antagonismo que há entre os objetivos das corporações e as necessidades da sociedade atual nos leva à constatação de que a responsabilidade social corporativa ainda tem muito a progredir. Projetos sociais de desenvolvimento local integrado e sustentável são viáveis. Mas conseguir a difusão em níveis macros dependerá da união dos diferentes setores sociais ativos na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

No Brasil, as empresas ainda precisam ser mais transparentes e abraçar cada vez mais as questões sociais criando uma gestão participativa. Utilizar as ações isoladas de marketing social traz soluções paliativas para os problemas sociais. Mas ações como a preservação da Reserva do Convento mostram que uma atuação empresarial pautada pela responsabilidade em transformar a nossa sociedade é algo viável e traz resultados mensuráveis e inspiradores para demais empresas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, P.; QUEIROZ, A.; CARDOSO, A.; SOUZA, A.; TEODÓSIO, A.; BORINELLE, B.; VENTURA, E.; CHAVES, J.; VELOSO, L.; ALIGLERI, L.; LIMA, P.; FERREIRA, R. *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2003.

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A. Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: Uma Análise Conceitual Comparativa. In: Encontro Nacional da Anpad, *Anais Enanpad 24*, 2000.

BOWER, H. R. *Responsabilidades Sociais dos Homens de Negócio*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1957.

CARRIGAN, M.; ATTALLA, A. The Myth of the Ethical Consumer - Do Ethics Matter in Purchase Behavior? *Journal of Consumer Marketing*, v. 18, Issue 7, p560, 18p, 2001.

CRONQUIST, A. *The Evolution and Classification of Flowering Plants*. New York: The New York Botanical Garden, 555p, 1988.

GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade Social da Empresa: Uma Visão Histórica de Sua Problemática. *Revista de Administração de Empresas*. v. 24, n. 4, p. 211-219, out./dez 1984.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2001.

OLIVEIRA, J. A. Responsabilidade Social em Pequenas e Médias Empresas. *Revista de Administração de Empresas*. v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984.

SARAIVA, I. J.; e CORREIA, J. P. *Gestão Ambiental – Instalações e Serviços Industriais*. Portugal: Licenciatura em Engenharia Química – FCTUC, 2002

SROUR, R. H. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

TACHIZAWA, T. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.